

O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade e as minorias étnicas de Goiás: Uma análise antropológica dos limites da memória, verdade e reparação

O trabalho propõe uma análise antropológica do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil, com foco especial nas minorias étnicas de Goiás, em particular os povos indígenas. A CNV é interpretada como instrumento estatal de justiça de transição, responsável por apurar violações de direitos humanos durante períodos autoritários, mas que impôs limites jurídicos e temporais (1946-1988) à memória e à ancestralidade indígena. Tal delimitação é vista como uma violência epistemológica, pois restringe a expressão dos saberes e práticas de vida desses povos, condicionando a reparação e o reconhecimento de direitos a critérios definidos pelo Estado. A análise teórica fundamenta-se em autores como Foucault, Turner e Geertz, abordando conceitos como aleturgia, ritualidade do poder e drama social. O trabalho destaca que a produção da “verdade” pela CNV se dá por meio de rituais institucionais que, ao mesmo tempo em que dão visibilidade às vítimas, submetem suas narrativas a padrões jurídicos e científicos dominantes, promovendo formas de assujeitamento e liminaridade. O relatório final da CNV é lido como performance institucional que promete reintegração, mas que, para os povos indígenas, resulta em reconhecimento parcial e incompleto, perpetuando exclusões e traumas históricos. A ideia é discutir a cultura política do “equilíbrio de antagônicos”, presente na ideologia da reconciliação nacional, que busca ocultar conflitos e diferenças étnicas em nome da unidade e da governabilidade. A exclusão de eventos históricos, como as violências do Estado Novo de Vargas, e a marginalização de grupos como indígenas, quilombolas e LGBTQI+ no relatório final, evidenciam os limites da justiça de transição e a persistência de pactos de silenciamento. Por fim, o trabalho defende que a efetiva reparação e justiça para as minorias exige o reconhecimento da pluralidade das memórias coletivas, superando marcos temporais e institucionais, e valorizando as epistemologias indígenas. Só assim será possível construir políticas verdadeiramente democráticas, plurais e reparadoras, capazes de enfrentar as continuidades do autoritarismo e promover o direito à memória e à verdade para todos.